

Basileia III Pilar 3

Dezembro 2024



1. INTRODUÇÃO

O presente relatório proporciona às partes interessadas oportunidade de acesso a informações a respeito do gerenciamento de riscos e capital da Instituição em atendimento à Resolução BCB n. 54 do Banco Central do Brasil (BACEN). Tal normativo foi recentemente atualizado e o resultado dos novos comandos está sumariamente apresentado a seguir.

Este relatório deve ser lido juntamente com as demais informações divulgadas pela Instituição, tais como Demonstrações Financeiras, Relatório Anual de Sustentabilidade e Relatório sobre a Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Gestão de Capital, que apresentam outras informações sobre as atividades do BOC Brasil.

O BOC Brasil e o seu Departamento de Gestão de Riscos monitoram os acontecimentos globais e avaliam continuamente os possíveis impactos para o negócio, com foco nos aspectos estratégicos, regulatórios, financeiros e não financeiros.

Em 31 de janeiro de 2024 foi implementada, a transferência do controle acionário do CCB Brasil, iniciada no primeiro semestre de 2023 por meio do aumento de capital de R\$ 540 milhões para o BOC – Bank of China, atual controlador, no Brasil, do Banco da China Brasil S.A. (“BOC Brasil”). A CCB Holding manteve participação minoritária de 31,4% no Banco.

Em 7 de junho de 2024 o Banco Central do Brasil publicou no Diário Oficial da União – DOU a aprovação da transferência do controle societário do Grupo CCB Brasil para o BOC, dando continuidade ao processo de transição e cumprimento das obrigações contratuais e regulatórias da transação que ensejou finalmente à alteração das razões sociais e dos nomes fantasia do CCB Brasil e de suas sociedades controladas para “Bank of China (Brasil) Banco Múltiplo S.A.” no último trimestre de 2024.

Até o momento da publicação deste relatório, não foram observadas alterações significativas no tocante a exposição a riscos, considerando as medidas prudenciais de gestão na transição e controles adotadas pela gestão, intensificando o monitoramento da carteira de crédito e clientes potencialmente impactados bem como realizando hedges de suas principais exposições aos riscos financeiros identificados.

Resumo dos Indicadores – Dezembro/2024

O gerenciamento de riscos consiste basicamente em monitorar, controlar e mitigar os riscos assumidos visando suportar o desenvolvimento de suas atividades e processos de negócios de forma con-

tínua e sustentável. Com este objetivo, a Instituição conta com política de apetite a riscos que estabelece quais riscos o banco está disposto a assumir e quais limites deverão ser monitorados continuamente.

A Declaração de Apetite a Riscos (RAS) é uma importante ferramenta de gestão, que sintetiza a cultura interna e a estratégia de mitigação de riscos da Instituição, ao mesmo tempo que dá clareza e transparência sobre seus procedimentos de negócios e gestão de riscos. Considera os mais significativos riscos a que a Instituição está exposta e provê um direcionamento para gestão destes riscos.

Os indicadores de apetite a risco e respectivos limites são estabelecidos pelo Conselho de Administração e monitorados pelos departamentos de riscos sob supervisão do CRO.

Neste sentido, foram consolidados os dados para apuração do nível de capitalização e ponderações de ativos. Assim apresentamos a seguir os principais indicadores da gestão de riscos e de capital do Conglomerado Prudencial do BOC Brasil observados ao fim de dezembro de 2024 comparados com setembro 2024.

O Patrimônio de Referência apresentou um aumento de 3,93% em relação a setembro 2024 representado pela soma dos capitais de BoC Brasil Banco Multiplo + BoC Brasil .

Em que pese o aumento do PR os índices de capital tiveram ligeiro decréscimo decorrente do aumento dos ativos ponderados pelo risco (RWA) devido basicamente aos saldos de empréstimos indexados ao dólar e da parcela de risco de mercado, mantendo índices em patamares seguros relativamente aos mínimos exigidos pelo Regulador.

Principais Indicadores - BOC Brasil		
dez/24		
	Resultado em Dez/24	Evolução Último Trimestre (%)
Patrimônio de Referência	2.991.695.323	3,93
PR Nível I	2.991.695.323	3,93
PR Nível II	-	0,00
RWA Total	13.163.060.537	5,23
Índice de Capital Principal	12,47	-1,14
Índice de Capital Principal I	19,25	-0,82
Índice de Capital de Nível	19,25	-0,82



No perfil RWA total do BOC Brasil, 85% é representado pelo RWACpad (credito) dos quais 81% representados por operações com características de credito; 1% pelo RWAMpad (risco de mercado) 85% dos quais representados por parcelas de exposição cambial e ainda 11% pelo RWAOpad – que representa o risco operacional calculado pelo método ASA2.

A política de apetite a risco (RAS) do BOC Brasil define percentual do PR para exposição a IRRBB em R\$, que em dezembro 2024 apresentava-se em nível bastante confortável para a instituição.

2. KM1 – Informações quantitativas sobre o requerimento prudencial

Comentários: A política de Gestão de Capital do BOC Brasil é estruturada e continuamente monitorada a fim de garantir o cumprimento dos limites estabelecidos na Declaração de Apetite a Riscos (RAS) e os requerimentos mínimos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, e assim, permitir um capital adequado para a realização dos negócios em diversos contextos.

Como principais destaques do movimento de setembro para dezembro de 2024, observa-se um aumento de 3,93% do Patrimônio de Referência como resultante da soma de capitais do BoC Brasil Banco Multiplo com o do BOC Brasil na elaboração do DLO e calculo dos índices de Basileia, conforme mencionado acima.

Sendo uma instituição do segmento S3 (Res. 4553), o BOC Brasil é dispensado da divulgação e cálculo de LCR (Liquidity Coverage Ratio) e de NSFR (Net Stable Funding Ratio).

Evolução dos Indicadores Prudenciais (R\$ mil)
Informações Quantitativas Sobre o Requerimento Prudencial

Capital regulamentar	dez/24	set/24	jun/24	mar/24	dez/23
1 Capital Principal	1.939.004	1.952.481	1.984.609	1.558.796	1.582.632
2 Nível I	2.991.695	2.878.658	2.929.622	2.408.150	2.405.653
3 Patrimônio de Referência (PR)	2.991.695	2.878.658	2.929.622	2.408.150	2.405.653
3b Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente	-	-	-	-	-
3c Destaque do PR	-	-	-	-	-

Ativos Ponderados pelo risco (RWA)	dez/24	set/24	jun/24	mar/24	dez/23
4 RWA total	15.544.970	14.350.678	13.331.695	10.919.538	11.859.478

Capital regulamentar como proporção do RWA	dez/24	set/24	jun/24	mar/24	dez/23
5 Índice de Capital Principal (ICP)	12,47	13,61	14,89	14,28	13,34
6 Índice de Nível 1 (%)	19,25	20,06	21,97	22,05	20,28
7 Índice de Basileia	19,25	20,06	21,97	22,05	20,28

Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA	dez/24	set/24	jun/24	mar/24	dez/23
8 Adicional de Conservação de Capital Principal - ACP Conservação (%)	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50
9 Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACP Contracíclico (%)	-	-	-	-	-
10 Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACP Sistêmico (%)	-	-	-	-	-
11 ACP total (%)	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50
12 Margem excedente de Capital Principal (%)	5,47	6,61	7,89	7,28	6,34

Razão de Alavancagem (RA)	dez/24	set/24	jun/24	mar/24	dez/23
13 Exposição total	23.784.816	23.509.447	20.400.307	14.309.002	14.999.836
14 RA (%)	12,58	12,24	14,36	16,83	16,04

Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)	dez/24	set/24	jun/24	mar/24	dez/23
15 Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
16 Total de saídas líquidas de caixa	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
17 LCR (%)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)	dez/24	set/24	jun/24	mar/24	dez/23
---	--------	--------	--------	--------	--------

18	Recursos estáveis disponíveis (ASF)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
19	Recursos estáveis requeridos (RSF)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
20	NSFR (%)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

3. OVA – Visão Geral do gerenciamento de riscos da instituição

a. Modelo de negócios e o perfil de riscos

Quanto a conexão entre os modelos de negócios e a gestão dos riscos, o Banco, por meio da sua estrutura de Risco e também de Compliance, busca garantir que as atividades executadas pelas áreas de *front* da Instituição estejam sempre adequadas ao tamanho do BOC Brasil no mercado brasileiro e internacional, e em linha com o risco que os acionistas do banco desejam assumir sempre no intuito de mitigar os riscos. Portanto, o gerenciamento dos riscos é componente estratégico fundamental dada a complexidade dos produtos e serviços ofertados, do crescimento dos negócios da organização e da busca pela contínua melhoria de práticas e procedimentos, da observância às regulamentações locais e às recomendações advindas do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia.

Assim, o BOC Brasil adota rígidos padrões de controle de riscos e atualiza frequentemente seus processos, sistemas, métodos e plataformas e políticas, para ampliar e aprimorar a identificação, acompanhamento, controle e mitigação. A centralização do gerenciamento dos riscos de Mercado, Liquidez, Crédito, Operacional e Socioambiental propicia uma visão global das exposições às quais a Instituição está sujeita pela própria natureza de suas atividades, o que permite continuamente aperfeiçoar e tornar mais ágeis as decisões estratégicas bem como assegurar o cumprimento das políticas internas e externas estabelecidas.

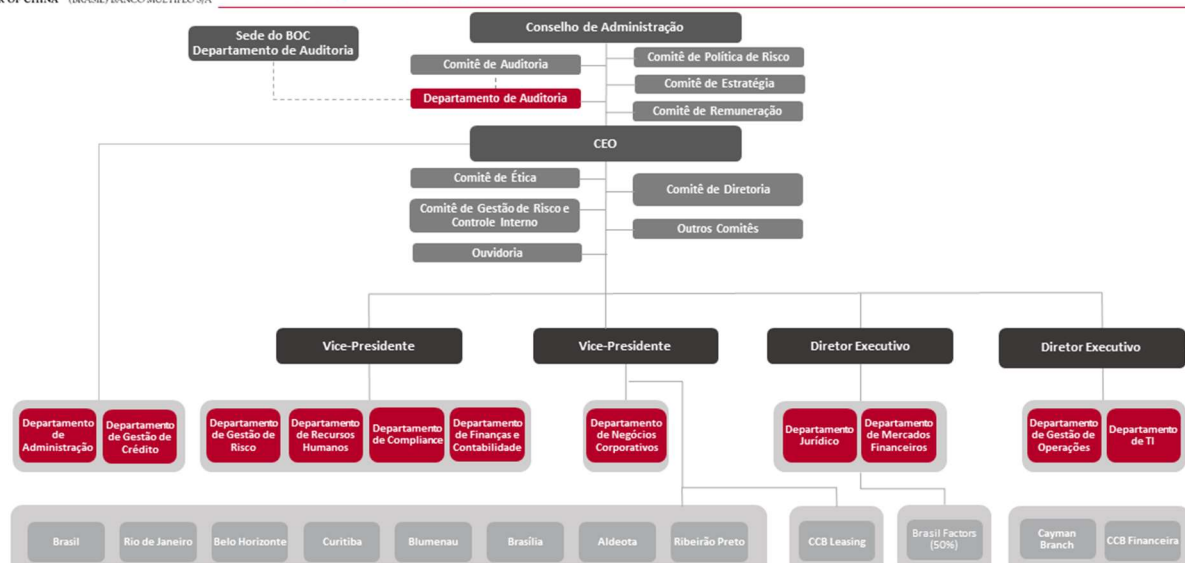
O Banco dispõe de políticas e manuais para realizar o gerenciamento dos riscos. Estes instrumentos estabelecem as diretrizes básicas de atuação expressos pela Alta Administração em consonância com os padrões de integridade e valores éticos do BOC Brasil. As políticas, normas e procedimentos asseguram que a organização tenha uma estrutura de controle compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos seus produtos e serviços, atividades, processos, sistemas e a dimensão de sua exposição aos riscos, permitindo o seu adequado gerenciamento. Elas também estão alinhadas aos objetivos estratégicos da organização, às melhores práticas e em conformidade com normativos estabelecidos por órgãos supervisores, sendo revisadas e atualizadas regularmente de forma a refletir mudanças nos mercados e produtos. Diante disso, a Declaração de Appetite a Riscos (RAS) é uma importante ferramenta de gestão que, sintetiza a cultura interna no tocante à gestão de

riscos, e ao mesmo tempo, dá clareza e transparência a esta visão. Assim, considera as mais significativas exposições a riscos para o BOC Brasil e como consequência provê um direcionamento para o gerenciamento e medidas de mitigação que poderiam ser tomadas. Cabe ao Conselho de Administração determinar os indicadores relevantes e os limites máximos ou mínimos a serem observados e ao CRO o devido monitoramento destes eventos.

Na sua atividade diária, o BOC Brasil está exposto a diversos tipos de riscos (sejam eles decorrentes de fatores internos ou externos), e portanto, é imprescindível a adoção de um monitoramento constante e integrado de todos os riscos de forma a dar segurança e conforto a todos os interessados. Dentre os principais riscos das atividades da Instituição, estariam: o Risco de Mercado, o Risco de Liquidez, o Risco de Capital, o Risco de Crédito e Contraparte, o Risco Socioambiental e de Reputação, o Risco Operacional, o Risco de Segurança da Informação e o Risco de PLDFT (Prevenção a Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo) que são avaliadas conjuntamente a todas as empresas pertencentes ao Conglomerado Prudencial do BOC Brasil: Bank of China (Brasil) Banco Múltiplo S.A.; BOC Brasil Arrendamento Mercantil S.A.; BOC Brasil Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.; BOC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Na estrutura organizacional, observa-se segregação de funções no processo de subordinação das diversas diretorias responsáveis pelas funções de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance & Controles Internos. No que tange à gestão de riscos, o Conglomerado possui unidades independentes e estão sintetizados no organograma abaixo:

Estrutura Organizacional Corporativa



Desta maneira, no que tange ao gerenciamento dos riscos, observa-se além do papel de Auditoria Interna, CRO e Conselho de Administração, temos como principais papéis:

Risco de Mercado: responsável por monitorar a exposição da Instituição a flutuações de preços e taxas de juros, visando limitar tais perdas aos limites de RAS; calcular a exposição a risco de variações de preços e taxas de juros da carteira trade por VaR e calcular a exposição a Risco de taxa de juros da carteira Banking por EVE, NII e DV01; monitorar os limites de RAS e reportar as exposições a riscos diariamente a Tesouraria e FMD; reportar exposições a risco de mercado e atender requerimentos do Banco Central do Brasil e da matriz; realizar validações e simulações de cenários de estresse, *middle office* das posições de Tesouraria e backtesting.

Risco de Liquidez: responsável por monitorar o caixa do banco e o fluxo de todos os direitos e obrigações previstas, garantindo que o BOC Brasil sempre disponha de recursos para cumprir tanto as saídas previstas como imprevistas; reportar semanalmente a situação de liquidez da semana anterior e o fluxo de caixa projetado por um período de três anos, destacando eventuais necessidades extra de caixa; monitorar os limites em RAS e reportar ao BACEN a situação de liquidez do Banco.

Risco de Capital: monitoramento da adequação do capital dos acionistas frente aos riscos assumidos e elaborar análises prospectivas para o Índice de Basileia; monitorar os limites e informar a Diretoria sempre que algum limite esteja próximo de ser atingido.

Risco de Crédito e de Contraparte: administrar os sistemas de gestão de risco de crédito; monitorar as relações risco e retorno (RAROC), concentração, distribuição da carteira e cálculo de VaR; prover informações para modelos de gestão de risco de crédito; elaborar periodicamente o estudo de matriz de transição de ratings da carteira de crédito; prover informações, sistemas, modelos de gestão de risco de crédito para cálculo de ECL com vistas à elaboração de balanços e provisionamentos sob conceitos de IFRS9; apurar, monitorar e prover aos interessados sobre os limites operacionais de capitalização, máximos de concentração e exposição por cliente.

Risco Operacional: implementar políticas e procedimentos de risco operacional; adotar as melhores práticas de mercado para a gestão; promover acultramento sobre riscos operacionais; coletar, classificar, agregar e registrar as perdas operacionais; elaborar relatórios e avaliações periódicas aos interessados e envolvidos.

Sustentabilidade, Risco Socioambiental e Climático e Risco de Imagem/Reputacional: elaborar, implementar e monitorar as ações estabelecidas na Política de sustentabilidade e nos procedimentos de risco socioambiental; avaliar periodicamente a pertinência do risco socioambiental nos processos

e readequá-los às novas necessidades; avaliar e classificar o risco socioambiental e de reputação e seus impactos de clientes e fornecedores e solicitar esclarecimentos quando houver necessidade; recomendar ações de melhoria nos processos e produtos no âmbito de sua atuação; estabelecer, formalizar e divulgar os resultados da gestão de risco socioambiental na Instituição; prover treinamentos aos funcionários; gerir bases de perdas decorrente de danos socioambientais e conduzir testes de estresse.

Risco de Segurança de Informação: responsável pelas ações de mitigação dos riscos da perda da confidencialidade, integridade e disponibilidade por meio do gerenciamento de: *Riscos à Segurança da Informação em Tecnologia*, por avaliar os sistemas e recursos que compõem a infraestrutura tecnológica do Banco e suas vulnerabilidades e ameaças, conduzindo testes de invasão periódicos e monitoramento de sistemas quanto ao seu uso indevido ou concessão de acesso a pessoas não autorizadas; *Riscos à Segurança da Informação em processos*, mantendo grupos de políticas e procedimentos e diretrizes conforme as melhores práticas e na norma ISSO 27001; *Riscos à Segurança da Informação em Pessoas*, ao conduzir campanhas de conscientização periódicas aos colaboradores ao abordar temas como Engenharia Social, compartilhamento de senhas, acessos a rede local e e-mail, classificação e descarte de informações, entre outros.

Risco de PLDFT: responsável por elaborar as políticas internas e estabelecer os procedimentos e rotinas que assegurem a conformidade do BOC Brasil perante as legislações e regulamentações de PLD/FT; assegurar a aplicação permanente das políticas de *Conheça seu cliente*, *Conheça seu funcionário*, *Conheça seus produtos e serviços*, *Conheça seu fornecedor*; identificar e promover a atualização da classificação dos clientes quanto ao risco de lavagem de dinheiro que oferecem; monitorar as transações dos clientes, detectar e analisar propostas, operações ou situações com indícios de atipicidade; comunicar tempestivamente ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) as propostas e/ou operações consideradas atípicas e as operações em espécie, cujo montante atinja os patamares fixados pelos reguladores, cuidando para que não seja dada ciência aos envolvidos ou a terceiros; prover programa de treinamento de PLD/FT aos funcionários (e terceirizados) quando na admissão e quando ocorrer mudanças substanciais nas normas externas e internas, de modo a permitir que conheçam as exigências legais vigentes e seu papel frente a elas.

b. Governança do gerenciamento de riscos

O BOC Brasil adota um modelo de gestão alinhado a padrões internacionais de excelência, assegurando a aplicação de melhores práticas que, por sua vez, se constituem no eixo central para a perenidade dos negócios. Neste contexto, o Departamento de Gestão de Riscos tem como principais objetivos: cultivar, informar e disseminar a cultura de comunicação à respeito dos riscos seja para

públicos internos quanto externos; garantir que as informações geradas pela Instituição sejam transparentes, responsáveis e objetivas a fim de manter a confiabilidade nas relações Banco-público; atender as demandas internas e externas; além de pautar as decisões no processo de controle e gestão dos riscos incorridos auxiliando a Alta Administração na tomada de decisões.

O envolvimento da Alta Administração com as questões inerentes à gestão de riscos ocorre por deliberações dos seus órgãos de administração, definidos estatutariamente como Conselho de Administração, Diretoria Executiva e os diversos Comitês especializados que tem como finalidade auxiliar na criação de mecanismos com o objetivo de possibilitar a sustentabilidade dos negócios por meio da análise de desempenho corrente e prospectiva, da preservação da imagem, da administração de riscos, do reconhecimento e abertura de novos mercados e frentes e outras ações e deliberações que permitem a excelência na condução dos negócios. Por fim, tais Comitês interligam áreas técnicas e decisórias com rica troca de experiências e facilita a elaboração de soluções mais firmes e consistentes. Os Comitês permanentes, subordinados ao Conselho de Administração são:

Comitê de Auditoria: Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no monitoramento das práticas contábeis e demonstrações financeiras, no monitoramento de riscos e controles, no aprimoramento de políticas da instituição, na avaliação da efetividade da auditoria independente e no acompanhamento e gestão do canal de denúncias. O Comitê de Auditoria atua sem poder decisório ou funções executivas.

Comitê de Estratégia: É responsável por emitir pareceres, recomendações e subsídios ao CA sobre diretrizes estratégicas, de investimentos, de revisão de planejamento e orçamento, de coordenação de estratégias de desenvolvimento apresentados pelo Conselho de Administração.

Comitê de Políticas de Risco: Propõe recomendações sobre políticas, estratégias, limites e procedimentos de gerenciamento de riscos. Avalia os níveis da Declaração de Apetite a Riscos (RAS) e as estratégias de gerenciamento dos riscos, em colaboração com a Diretoria, o Chief Risk Officer (CRO) e o Conselho de Administração.

Comitê de Remuneração: Revisa as estratégias de recursos humanos e remuneração e supervisiona sua implementação. Propõe ao Conselho formas de compensação variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento. Revisa anualmente a estrutura e a composição do Conselho, propondo escala e composição.

Os Comitês de assessoramento subordinados à Diretoria Executiva são: Comitê de Diretoria Executiva, Comitê de Ética, Comitê de Crédito, Comitê de Gestão de Ativos e Passivos, Comitê de Suprimentos, Comitê Operacional e Comitê de Gestão de Riscos e Controles Internos.

Além dos comitês abaixo:

Comitê de Compliance, Comitê de Prevenção à lavagem de Dinheiro, Comitê de Prevenção à lavagem de Dinheiro – Cayman; Comitê de Gestão de Ativos Especiais; Comitê de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais.

O BOC Brasil avalia seus riscos por meio do modelo de *linhas de defesa* que são:

- a *primeira linha* corresponde às funções de linha de frente dos negócios e atividades do Banco que são intrinsecamente geradores de riscos a exemplo do Departamento de Mercados Financeiros (FMD);
- a *segunda linha*, que envolve o Departamento de Gestão de Risco, busca controlar as exposições ao risco de maneira ampla como supervisão à primeira linha, aos níveis de apetite a riscos definidos pela Instituição e atua de forma independente da área de negócios; e
- a *terceira linha* executada pelas auditorias como revisão aos processos.

Toda esta estrutura de governança suporta na tomada de decisão e controle de risco com a adição dos papéis do Conselho de Administração, CRO e Auditoria que respectivamente atuam em:

Conselho de Administração: define e revisa, em conjunto com o Comitê de Risco/CRO e demais membros da Diretoria, os níveis de apetite aos riscos e expressa-os na RAS – Declaração de Apetite a Riscos; aprova e revê pelo menos anualmente as políticas, estratégias e limites de gestão de riscos e de capital, o programa de teste de estresses, as políticas de contingência de liquidez e capital; assegura a aderência do BOC Brasil às políticas de gerenciamento de risco, estratégias e limites; assegura a pronta correção de eventuais deficiências nas estruturas de gestão de risco e de capital; aprova mudanças relevantes nos sistemas, rotinas e procedimentos inerentes a riscos; dissemina a cultura de risco na Instituição e assegura a viabilidade dos negócios e a bloquear comportamentos inconsistentes com os níveis de apetite a riscos definidos na RAS.

Chief Risk Officer (CRO): zela pela adequação da RAS aos objetivos estratégicos da Instituição, das políticas, dos processos, dos relatórios, sistemas e modelos utilizados para gerenciar riscos;

promove o acultramento acerca das políticas e processos de tal gestão; fornece subsídio e participa do processo de tomada de decisões estratégicas relacionadas a riscos em geral (inclusive capital), sendo suporte ao Conselho de Administração; submete políticas, estratégias e limites de gestão de riscos à aprovação do Conselho e propõe alterações quando entender necessário;

Auditoria Interna: elabora agenda para avaliação de riscos e controles internos; mantém gestores informados sobre os trabalhos de auditoria relativos a riscos, compliance e controles identificados para auxilia-los nos processos decisórios.

c. Canais de disseminação da cultura de riscos

O BOC Brasil é comprometido com a ampla e clara disseminação da cultura de riscos por meio do estabelecimento de normas, procedimentos, processos de comunicação e divulgação e principalmente pela manutenção de canais abertos de troca a todos os colaboradores da empresa a fim de gerar a consciência dos riscos assumidos e envolvidos nas diversas atividades que são realizadas.

Um dos canais utilizados para este fim é a publicação de acesso irrestrito aos relatórios da situação e avaliação das exposições identificadas e monitoradas pelo BOC Brasil seja no sítio da Instituição na internet seja em divulgação interna. Além disto, por meio de sua Plataforma Educacional interna, divulga treinamentos de conscientização a todos os funcionários do Banco como também se utiliza de sua intranet e e-mail corporativo para divulgação de boas práticas, observação e canais de denúncias de riscos identificados. Ademais, existem grupos de e-mail de acessibilidade para promover a disseminação dos conceitos, troca de experiências e informações.

d. Processos de mensuração de riscos

Os processos de mensuração de riscos do BOC Brasil são realizados por meio de sistemas continuamente atualizados de fornecimento interno ou de terceiros como também de modelos próprios ou que tenham extensa divulgação acadêmica. Todo o processo é devidamente normatizado pelo regimento interno com pleno acompanhamento de atualizações das exigências regulatórias, suportado por departamentos que auxiliam nesta checagem, e buscando sempre as melhores práticas de mercado para ampliar a robustez deste gerenciamento.

Além disto, os modelos e metodologias utilizados são periodicamente validados seja pela *terceira linha de defesa* bem como a contratação de consultorias independentes para avaliação da eficácia dos parâmetros utilizados.

e. Formas de reporte de riscos

O BOC Brasil trabalha cuidadosamente com os processos de reporte de riscos tanto ao público interno quanto ao externo, visando assim garantir a confiabilidade de suas informações bem como auxiliar nas tomadas de decisões estratégicas pela Alta Administração. São disponibilizados reportes semestrais, trimestrais, mensais e diários com ampla divulgação sintetizando os fatos relevantes e a situação da exposição por cada tipo de risco que a Instituição monitora (de mercado, de liquidez, de capital, socioambiental, de crédito, de PLDFT e operacional).

Tais informações são consideravelmente consumidas e questionadas pela Alta Administração com o intuito de reforçar as decisões a serem tomadas.

f. Programas de testes de estresse

A aplicação e o desenvolvimento de programas de testes de estresse aos riscos identificados nas atividades e negócios do BOC Brasil são mecanismos que permitem a previa identificação do comportamento das exposições frente a situações adversas e servem de instrumento para auxílio em tomadas de decisão bem como na antecipação de crises e de extrema sensibilidade. Sendo assim, as políticas internas normatizam os cenários de estresse que deverão ser aplicados a cada tipo de risco identificado bem como os devidos procedimentos de divulgação, de avaliação e servem também de gatilhos para o acionamento de planos de contingência quando necessário.

Os cenários utilizados são bastante diversos e fazem parte da rotina de análise da Instituição baseados ou em experiências pregressas (ou seja, situações que impactaram diretamente ao BOC Brasil no passado ou que impactaram ao mercado bancário, financeiro ou mesmo a situação econômica do país e/ou dos países em que a empresa atua) ou em análises prospectivas considerando estimativas coerentes, hipotéticas.

Por fim, tais cenários são periodicamente reavaliados e à medida que são identificadas potenciais situações críticas, novos são testados, estabelecidos e devidamente controlados, e assim, é possível realizar a devida prevenção.

g. Estratégias de mitigação de riscos e efetividade

Com a constante avaliação das exposições a riscos de suas atividades, o BOC Brasil promove um intenso controle, que seria independente das áreas de negócios, da dimensão e das potenciais perdas envolvidas bem como a busca de efetivar planos e estratégias para a devida mitigação, e assim, avaliar sua efetividade.

Cada risco possuirá algum tipo de ação de mitigação diferente e o BOC Brasil busca estabelecer em suas normas e seus procedimentos (em Contingência ou não) as medidas aceitas para contenção de uma exposição de risco fora dos limites aceitos pelo Banco em sua *Declaração de Appetite a Riscos*. Como exemplo, pode-se citar a contratação de hedge das exposições a risco de mercado por meio de instrumentos financeiros derivativos ou outros que diminuam as perdas em volatilidades de variáveis econômico-financeiras; ou a exigência de documentos e licenças ambientais e busca de mídias para potenciais riscos socioambientais; ou o requerimento de garantias para fazer frente ao risco de crédito e contraparte identificadas, entre outras.

Periodicamente, os efeitos destas ações mitigadoras são avaliados pelos Comitês e pelas Áreas responsáveis por esta gestão.

h. Gerenciamento de capital e avaliação de suficiência do Patrimônio de Referência

Define-se Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição e da constante avaliação de eventuais necessidades de adicionar capital frente aos riscos assumidos bem como o devido alinhamento ao planejamento estratégico de crescimento e das distribuições dos resultados auferidos.

Assim sendo, o BOC Brasil estabelece uma *Política de Gestão de Capital* que traz as diretrizes e os conceitos além de determinar os processos, os controles, os sistemas e as ferramentas que irão possibilitar a gestão de capital e o devido monitoramento e avaliação da necessidade de capital e deixa-lo condizente às metas internas e às exposições a riscos identificadas. Caso seja identificado algum desalinhamento atual ou prospectivo, em cenários de normalidade ou estresse, há a averiguação e o norteamto pelo *Plano de Contingência da Instituição*.

Os métodos de estimação do Índice de Basileia e a garantia de sua adequação corrente e futura são verificados na *primeira e segunda linhas de defesa* (FMD e Riscos, respectivamente) e cabe ao Conselho de Administração a aprovação das metodologias e modelos utilizados por tal gerenciamento. Sendo assim, o Banco realiza o acompanhamento de todos os indicadores e realiza projeções de capital após o recebimento das expectativas de carteiras da área de planejamento, visando sempre analisar a adequação do Patrimônio de Referência e dos indicadores monitorados em RAS e pelo BACEN e busca identificar previamente eventual necessidade de capital. Nisto, são confeccionados relatórios diários, mensais e trimestrais para atender a administração e autoridades pertinentes e são cotidianamente divulgados aos departamentos e membros de Diretoria e Comitês que estão a cargo desta avaliação.

O cálculo atual dos indicadores de gerenciamento de capital é realizado por sistema, enquanto que o acompanhamento e controle prospectivo é realizado pelo uso de VBA-Excel.

4. OV1 – Visão Geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)

Comentários: Como já mencionado, observou-se um aumento do RWATotal em comparação com o trimestre anterior, principalmente em função da soma dos ativos das duas instituições componentes do grupo BoC Brasil. Vale ressaltar o impacto da variação cambial sobre os saldos dos dois períodos em comparação. Parte importante das operações e das carteiras das duas instituições são denominadas em USD. Na parcela de risco de mercado o impacto da variação cambial somado a números de duas IF's é ainda mais evidente.

Por fim, a parcela de risco operacional, por ser cálculo passível de atualização apenas semestralmente, manteve-se estável em relação a setembro 2024 mas apresentou acréscimo em relação ao primeiro semestre 2024, devido a revisão e incorporação dos dados da “nova instituição” que compreende dois bancos e coligadas.

Comparativo dos Ativos Ponderados pelo Risco (R\$ mil) Visão Geral dos Ativos Ponderados Pelo Risco (RWA)

		RWA		Requerimento mínimo de PR
Risco de Crédito		dez/24	set/24	dez/24
1	Risco de crédito em sentido estrito	12.860.321	12.222.471	1.028.826
2	Do qual: apurado por meio da abordagem padronizada	13.163.061	12.508.413	1.053.045
6	Risco de Crédito de Contraparte (CCR)	147.701	134.924	11.816
7	Do qual: mediante abordagem padronizada para risco de crédito de contraparte (SA-CCR)	N/A	N/A	N/A
7a	Do qual: mediante uso da abordagem CEM	13.341	8.321	1.067
9	Do qual: mediante demais abordagens	134.361	126.603	10.749
10	Acréscimo relativo ao ajuste associado à variação do valor dos derivativos em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte (CVA)	-	-	-
12	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados	-	-	-
14	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados	-	-	-
16	Exposições de securitização - requerimento calculado mediante abordagem padronizada	134.162	130.329	10.733
25	Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR	20.877	20.689	1.670

		RWA		Requerimento mínimo de PR
Risco de mercado		dez/24	set/24	dez/24

20	Risco de mercado	659.633	119.989	52.771
21	Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWAMPAD)	659.633	119.372	52.771
22	Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWAMINT)	-	-	-

		RWA		Requerimento mínimo de PR
Risco operacional		dez/24	set/24	dez/24
24	Risco Operacional	1.722.276	1.722.276	137.782

		RWA		Requerimento mínimo de PR
Total		dez/24	set/24	dez/24
29	Total (2+6+10+12+13+14+16+25+20+24)	15.544.970	14.350.678	1.243.598

5. LIQA – Informações qualitativas do gerenciamento do risco de liquidez

Define-se risco de liquidez como a possibilidade de uma Instituição não ser capaz de honrar com suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e/ou a possibilidade de uma Instituição não conseguir negociar uma posição a preço de mercado, seja devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado seja em razão de alguma descontinuidade do tipo de transação no mercado. Com isto posto, o principal objetivo do gerenciamento de risco de liquidez é desenvolver uma estratégia para garantir o pleno atendimento das obrigações financeiras contratuais e eventuais durante os ciclos de mercado como também se precaver a períodos de estresse e altas volatilidades.

Para o devido controle e mitigação de problemas quanto à solvência da Instituição, o BOC Brasil possui políticas que norteiam a gestão do risco de liquidez e definem as estratégias a serem seguidas nas situações adversas, estabelecendo planos para o acionamento de contingência a fim de garantir devida estabilidade aos seus negócios quando crises são identificadas. Assim sendo, o gerenciamento do risco de liquidez objetiva atuar de forma a maximizar a geração de recursos por meio das diversas formas de captações disponíveis no mercado bem como se fazer bom uso do caixa nas concessões de operações de crédito, mantendo ao máximo os níveis de exposição a risco de liquidez dentro de patamares definidos em política e na Declaração de Appetite a Riscos.

Por sua vez, os controles devem estar capacitados a medir adequadamente e tempestivamente o risco de liquidez do BOC Brasil, considerando os diferentes horizontes de tempo, as diversas moedas às quais a Instituição esteja exposta e as diferentes condições de mercado que possam ser percebidas. Além disso, para minimizar os impactos no momento de uma crise de liquidez, existe a definição de um Plano de Contingência que busca descrever e estabelecer metodologia para permitir o seu enfrentamento, garantindo assim o cumprimento de todas as obrigações contratadas e visando a normalidade das operações. Nele também são definidos os processos de comunicação interno e externo (*Head Office*) e das responsabilidades para identificação, correção e monitoramento.

O BOC Brasil utiliza diversas ferramentas para controlar o risco de liquidez, trabalhando com controles preventivos e corretivos.

Diariamente, a Instituição realiza cálculo de Liquidez Imediatamente Disponível (LID) como parâmetro do montante de recursos que poderiam ser utilizados pelo Banco num prazo que caracteriza a janela de liquidação de 24 horas, avaliando o nível de seu HQLA (*High Quality Liquid Assets*) e comparando-o com a necessidade de caixa mínimo avaliada pelo Banco para um determinado prazo de tempo para as obrigações contratuais com riscos de liquidez significativas, dentre elas: simulação de Monte Carlo considerando a distribuição passada de liquidações, renovações e novas operações para as captações de recursos efetuadas, garantia de montante para riscos de honra a fianças, a pagamentos de margem e ajustes B3, entre outros. Além disto, o BOC Brasil utiliza-se de ferramentas para a identificação da concentração de captações, do cálculo mensal de indicadores de liquidez *LCR* (*Liquidity Coverage Ratio*) e *NSFR* (*Net Stable Funding Ratio*) e da diária verificação dos indicadores de liquidez que são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração e declarados em nosso documento de apetite a riscos.

Sendo assim, a necessidade potencial de liquidez é analisada segundo dois métodos distintos e complementares, sendo um **backwardlooking** (dados históricos) e outro **forwardlooking** (Matriz de Necessidade Potencial de Liquidez), sendo o primeiro com o objetivo de análise de volumes e situações históricas que o BOC Brasil vivenciou como o perfil de renovação dos clientes, comportamento da carteira em situações de crises econômicas, entre outros. Já a segunda forma corresponde a análise prospectiva ou projetada, baseando-se nas intenções de negócios da Instituição bem como aplicando-se possíveis cenários de estresse identificados.

Quanto ao controle e acompanhamento, a gestão e governança do risco de liquidez do BOC Brasil é feita de forma plural, envolvendo principalmente os departamentos de Gestão de Riscos e de Mercados Financeiros e na sua representatividade nos comitês de ativos e passivos (ALCO), com principal objetivo de discutir e definir as estratégias relacionadas a liquidez do banco e atuar como primeira

linha de defesa na identificação de crises e na avaliação da disposição de recursos no BOC Brasil; e no comitê de Riscos que, de forma apartada e independente, busca definir métricas de avaliação da exposição ao risco de liquidez bem como monitorar os limites estabelecidos na Declaração de Apetite a Riscos, atuando como segunda linha de defesa, sob a supervisão de auditoria interna e controles internos. A divulgação dos respectivos cálculos é realizada de forma diária às diversas camadas de gestão responsáveis por tal monitoramento.

Neste sentido, o BOC Brasil basicamente trabalha com formas de captação típicas do mercado doméstico (CDB, LCA, LCI, entre outros) bem como em mercados internacionais com o suporte da matriz chinesa na transferência de recursos para a devida operacionalização da atividade da Instituição. Dado este perfil, são elaborados testes de estresse a fim de se antever a situações de crise e garantir a devida solvência no cumprimento de suas obrigações. Neste sentido, aplica-se a Simulação de Monte Carlo em condições de estresse das estatísticas de emissões, renovações e resgates das captações domésticas como também se estuda o comportamento da liquidez sem o envio de recursos da matriz chinesa. Ambos permitem o estabelecimento de liquidez mínima que se torna parâmetro para esta gestão no BOC Brasil.

Os testes de estresse também são diretrizes para a elaboração de um **Plano de Contingência de Crises de Liquidez** que, por sua vez, estabelece os critérios de averiguação e identificação de situações adversas e também define os procedimentos de correção e de monitoramento para o devido enquadramento. Desta forma, a gestão de risco de liquidez possui parâmetros mensuráveis para a adequada *identificação de situação de crise* por meio da violação dos limites gerenciais e daqueles que foram estabelecidos em Declaração de Apetite a Riscos que são diariamente avaliados. Logo após, mecanismos claros de *comunicação interna (aos departamentos responsáveis e aos membros de Comitês de ALCO e Riscos)* e *externa (matriz chinesa)* deverão ser seguidos a fim de se avaliar a dimensão e gravidade da situação adversa bem como o acionamento das ações de mitigação que será devidamente monitorada até a sua devida correção.

6. CRA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito

A gestão do risco de crédito no BOC Brasil visa manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco da instituição para cada segmento de mercado em que opera.

O BOC Brasil gerencia o risco de crédito a que está exposto durante todo o ciclo de crédito, desde antes da concessão, passando pelo monitoramento e chegando à atividade de cobrança e recuperação.

Há uma estrutura de gestão e controle do risco de crédito, centralizada e independente das unidades de negócio, que estabelece limites e mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar o risco de crédito inerente a todos os produtos, as concentrações de carteira e os impactos de potenciais mudanças no ambiente econômico.

As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas. O monitoramento contínuo do grau de concentração das carteiras do BOC Brasil, avaliando os setores de atividade econômica e os maiores devedores, possibilita a tomada de medidas preventivas, de modo a evitar que os limites estabelecidos sejam violados.

Para medir o risco de crédito, o BOC Brasil leva em consideração a probabilidade de inadimplência do tomador, emissor ou contraparte, o valor estimado da exposição em caso de inadimplência, a perda dada a inadimplência e a concentração em tomadores.

A quantificação desses componentes de risco faz parte do processo de concessão de crédito, da gestão da carteira e da definição de limites.

Os modelos usados pelo BOC Brasil passam por um processo de validação independente que visa a garantir a integridade e a consistência das bases de dados utilizadas na construção dos modelos e a adequação metodológica de estimação dos parâmetros.

7. CR1 – Qualidade creditícia das exposições

Comentários: A seguir, as informações sobre a qualidade creditícia das exposições ao risco de crédito em Dezembro de 2024. Comparativamente ao período anterior, é possível observar um aumento da carteira de crédito de maneira geral, seguindo diretriz estratégica da Instituição, e das operações cuja exposição é considerada em curso anormal (*em atraso a um prazo superior a noventa dias*) como consequência de baixa a prejuízo contábil de parte dos montantes vencidos, melhorando o perfil da carteira. Tal processo de *write-off* ocorreu sobretudo o saldo das operações de varejo durante o ano todo, mais concentrado durante o primeiro trimestre de 2024.

Risco de Crédito - Evolução da Carteira BOC Brasil (R\$ mil)
Informações Quantitativas Sobre a qualidade creditícia das exposições

	Exposições em curso anormal	Em curso nor- mal	Provisões, adian- tamentos e rendas a apropriar	Valor líquido (a+b-c)
Risco de Crédito				dez/24
1 Concessão de crédito	1.722	10.352.743	-85.246	10.269.219
2 Títulos de dívida	-	-	-	-
2a dos quais: títulos soberanos naci- onais	-	-	-	-
2b dos quais: outros títulos	-	-	-	-
3 Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	-	1.439.775	-21.301	1.418.474
4 Total (1+2+3)	1.722	11.792.517	-106.546	11.687.693

CR2 – Mudanças no estoque de operações em curso anormal

Risco de Crédito - Evolução da Carteira BOC Brasil (R\$ mil)
Informações Quantitativas Sobre a mudanças no estoque de operações em curso anormal

Risco de Crédito	dez/24
1 Valor das operações em curso anormal no final do período anterior	35.478
2 Valor das operações que passaram a ser classificadas como em curso anormal no perí- odo corrente	1.722
3 Valor das operações reclassificadas para curso normal	-
4 Valor da baixa contábil por prejuízo	37.499
5 Outros ajustes	-
6 Valor das operações em curso anormal no final do período corrente (1+2+3+4+5)	74.699

8. CRB - Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições

A seguir, é possível notar a distribuição geográfica, os setores econômicos e a sua distribuição por prazo remanescente de vencimento da carteira exposta ao risco de crédito do BOC Brasil.

Risco de Crédito - Exposições por região geográfica e Setor Econômico (R\$ mil)
Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições

Região	até 6 meses	6 a 12 me- ses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
Sudeste	397.268	1.157.987	3.003.759	791.059	5.350.073
Sul	-	227.673	741.321	9.394	978.389
Norte	-	-	-	-	-
Nordeste	14.799	-	374.629	25.082	414.510
Centro Oeste	-	12.296	653.592	1.657	667.545
Exterior	407.831	587.243	906.821	-	1.901.896
Total	819.898	1.985.199	5.680.123	827.192	9.312.412

Setor econômico	até 6 meses	6 a 12 me- ses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
Agronegócio	-	41.689	192.523	-	234.212
Comércio	195.876	879.267	1.062.537	650	2.138.329
Indústria	465.404	1.004.743	2.904.373	75.437	4.449.957
Intermed. Financeiros	703	5.388	257	6.629	12.979
Outros Serviços	157.914	54.113	1.516.100	122.575	1.850.703
Pessoa Física	-	-	4.333	349.565	353.898
Setor Público	-	-	-	272.335	272.335
Total	819.898	1.985.199	5.680.123	827.192	9.312.412

Curso Anormal (R\$ mil)	Total Exposição	Provisões	Baixas para Prejuízo
Setor Econômico			
Agronegócio	-	-	-
Comércio	-	-	-
Indústria	-	-	35.488
Intermed. Financeiros	-	-	-
Outros Serviços	2.167	1.767	2.021
Pessoa Física	27.975	10.799	19.086
Setor Público	-	-	-
Região Geográfica			
Centro Oeste	116	34	104
Norte	-	-	-
Nordeste	2.449	2.017	360
Sudeste	26.619	10.387	55.538
Sul	957	128	592
Exterior	-	-	-
Total	30.141	12.566	56.595

Exposições por faixa de atraso	Total
De 15 a 60 dias	15.168
De 61 e 90 dias	2.439
De 91 a 180 dias	5.445
De 181 e 360 dias	7.089

Exposições por prazo re-manescente (R\$ mil)	Valor Bruto	Valor Líquido de Provisão
Até 6 meses	819.898	817.970
De 6 meses até 1 ano	1.985.199	1.979.723
De 1 a 5 anos	5.680.123	5.654.787
Mais que 5 anos	827.192	803.056
Total	9.312.412	9.255.535

Exposições reestruturadas (R\$ mil)	Total
Demais Operações	2.223.292
Operações em curso anormal	701.132

Maiores exposições (R\$ mil)	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	% Total
Dez maiores	2.215.576	-2.409	2.213.167	23,79%
Cem maiores	10.458.684	-53.624	10.405.060	112,31%

9. CCRA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contra-parte (CCR)

A atribuição de uma classificação de crédito a clientes e operações possibilita a diferenciação entre os diversos níveis de risco potencial, bem como permite a correta administração destes riscos, em bases individuais ou no conjunto de uma carteira. É parte desse processo a administração de garantias, que tem por objetivo manter os níveis de qualidade e solvência das operações de crédito do BOC Brasil, preservando o seu valor durante a vigência da operação.

As perdas potenciais de crédito são mitigadas, quando necessário, através da utilização de diversos tipos de garantias que são: duplicatas, cheques, nota promissória com ou sem aval, recebíveis, aplicações, títulos públicos federais, dentre outras.

As garantias bancárias utilizadas para as operações financeiras são as garantias reais e as garantias pessoais. As garantias reais são as que incidem sobre um bem ou algo específico, e as mais usadas são a hipoteca, o penhor (ou caução) e a alienação fiduciária. As garantias pessoais incidem sobre todo o patrimônio dos coobrigados, sem determinação expressa sobre um bem específico.

O risco de crédito de contraparte, ao qual o Banco está exposto, consiste na possibilidade de uma contraparte não cumprir suas obrigações, financeiras ou não.

Nos mercados, o risco de contraparte é particularmente importante quando se negociam instrumentos derivados não cotados (de balcão), pois em cada um deles o valor do instrumento está sempre dependente da contraparte cumprir as suas obrigações enquanto que nos mercados organizados, o risco de contraparte é assumido pelas próprias bolsas.

10. SECA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento de risco das exposições de securitização

O BOC Brasil é detentor de cotas seniors de fundo de investimento em direitos creditórios, cujos valores são consolidados em balanço prudencial em grupo de títulos e outros valores mobiliários, por conseguinte tratado no RWA com FPR correspondente. O BOC Brasil não atua como gestor ou patrocinador de empresas administradoras de fundos de investimentos ou com estes propósitos específicos.

11. MRA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento de risco de mercado

A definição mais abrangente do Risco de mercado seria àquele correspondente ao potencial de oscilação do valor de mercado dos instrumentos financeiros de determinado portfólio em função da volatilidade de variáveis financeiras e econômicas tais como as taxas de juros, os preços de ações e mercadorias, as taxas de câmbio, entre outros.

Diante disto, o BOC Brasil apura e divulga diariamente os cálculos de perdas potenciais de suas carteiras *Trading* e *Banking* como também as exposições aos fatores de risco de mercado nas quais estão expostas que, por sua vez, são majoritariamente dos tipos *Taxas de Juros*, a exemplo de CDI e Selic, *Taxas de Câmbio* e *Índices de Preços* (IPCA).

Assim, o BOC Brasil criou estruturas e políticas para o devido gerenciamento de risco de mercado oriundo dos instrumentos financeiros presentes em sua estratégia de negócios. Cabe ao Departamento de Gerenciamento de Riscos, em sua subdivisão de Risco de Liquidez, Mercado & Capital e sob responsabilidade do CRO (*Chief Risk Officer*), atuar de forma independente pela elaboração,

apresentação e monitoramento do enquadramento das carteiras aos limites preestabelecidos tanto na Declaração de Appetite por Riscos (com limites definidos, aprovados e periodicamente revistos) quanto pelo órgão regulador. Além disso, publica-se diariamente a situação das exposições e das métricas de avaliação de perdas potenciais ao Departamento de Gestão de Ativos e Passivos e ao Departamento de Mercados Financeiros (Tesouraria) que também atuam no gerenciamento de risco de mercado como primeira linha de defesa.

De forma operacional e em conformidade com políticas internas e do Banco Central do Brasil, as operações são divididas entre a carteira de negociação (Trading Book) e carteira bancária (Banking Book). No caso do BOC Brasil, as operações de *trading* são mínimas e compostas por derivativos sempre com hedge enquanto que o *Banking Book* é composto por todas as operações comerciais, as captações de recursos nacionais e internacionais e os hedges feitos em mercado derivativo com o objetivo de proteger exposições geradas nesta própria carteira.

Por fim, o gerenciamento de risco de mercado é realizado pela utilização das metodologias abaixo descritas com suporte do sistema Matera, da empresa Matera Systems Informática S.A., e dos sistemas legados de registro de operações tais como CRK, Exchange, ATT, Função e outros. Estes são periodicamente avaliados e validados por consultorias independentes, por auditorias e pela própria área como forma de manutenção dos procedimentos, políticas e coerência das metodologias para a correta apuração e divulgação. Portanto, as métricas seriam:

- a. Exposições dos instrumentos financeiros aos fatores de risco de mercado e avaliação de gaps
- b. Sensibilidades – DV01
- c. Testes de estresse com choques sobre os fatores de risco
- d. Value at Risk – incluindo teste de aderência e *backtesting*
- e. Controle de exposições cambiais e de taxas de juros
- f. Economic Value of Equity e Net Interest Income para as posições *banking*

12. MR1 – Abordagem padronizada – fatores de risco associados ao risco de mercado

Comentários: O requerimento de capital para cobertura de risco de mercado comparado ao trimestre anterior (setembro/2024), apresentou um aumento como apresentado na tabela.

As parcelas RWAjur1 e RWAjur2 atreladas a descasamentos da carteira de negociação da Instituição (*Trading Book*), tiveram um aumento em seu descasamento passivo relativos a operações de curto e médio prazo, gerando as contribuições verificadas.

Já a RWACam reflete a mudança de perfil de funding da instituição mormente captado junto à Matriz, e pequeno aumento de descasamentos residuais entre ativos e passivos em moeda estrangeira.

Risco de Mercado - Evolução da Carteira BOC Brasil (R\$ mil)
Fatores de risco associados ao Risco de Mercado - RWAmPad

Fatores de Risco		dez/24
1	Taxas de juros	91.102
1a	Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWAJUR1)	925
1b	Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWAJUR2)	90.177
1c	Taxas dos cupons de índices de preço (RWAJUR3)	0
1d	Taxas dos cupons de taxas de juros (RWAJUR4)	0
2	Preços de ações (RWAACS)	4.054
3	Taxas de câmbio (RWACAM)	561.734
6	RWACVA	2.743
9	Total	659.633

13. Derivativos – Evolução da Carteira

Comentários: As operações com derivativos no BOC Brasil restringem-se a transações em nome de clientes e seus respectivos hedges, sendo mínimas ou praticamente zero as operações em carteira própria.

Por consequência e em linha com a estratégia do banco e seu apetite a risco, a Instituição não opera com opções nem instrumentos complexos. O banco opera apenas com instrumentos com exposição em taxas de câmbio e taxas de juros em moeda local e moeda estrangeira (local e no exterior).

O Banco manteve-se em linha com estratégia de negócios previamente estabelecida. Houve crescimento de volumes da carteira de Negociação com aumento 65% em relação ao fechamento do período anterior e situação relativamente estável na carteira Bancária. Destacam-se dessa forma: aumento de operações de crédito em ME com realização hedge das operações no mercado futuro; volatilidade das variáveis de mercado que são típicos dos derivativos do BoC Brasil: juros (ex. variação da SELIC nos trimestres em análise) e a taxa de câmbio (dólar oscilou de BRL/USD 5,4481 para BRL/USD 6,1923) com impacto nos resultados e na marcação de mtm destes instrumentos.

Derivativos - Evolução da Carteira BOC Brasil
Derivativos no Brasil com Contraparte Central

Fator Risco	dez/24		set/24	
	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido
Taxas de Juros	223.389.121	585.376.251	276.597.074	303.221.106
Taxas de Câmbio	1.425.819.797	1.319.620.022	958.874.521	1.450.127.064
Ações e Índices	-	-	-	-
Commodities	-	-	-	-

Derivativos no Brasil sem Contraparte Central

Fator Risco	dez/24		set/24	
	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido
Taxas de Juros	1.044.034.187	257.338.067	633.182.242	314.609.223
Taxas de Câmbio	286.039.305	1.135.220.821	315.056.385	628.553.018
Ações e Índices	-	-	-	-
Commodities	-	-	-	-

Derivativos no Exterior com Contraparte Central

Fator Risco	dez/24		set/24	
	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido
Taxas de Juros	-	-	-	-
Taxas de Câmbio	-	-	-	-
Ações e Índices	-	-	-	-
Commodities	-	-	-	-

Derivativos no Exterior sem Contraparte Central

Fator Risco	dez/24		set/24	
	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido
Taxas de Juros	-	-	-	-
Taxas de Câmbio	-	-	-	-
Ações e Índices	-	-	-	-
Commodities	-	-	-	-

14. IRRBBA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento do IRRBB

Define-se como IRRBB, *Interest Rate Risk of Banking Book*, como a medida de risco do impacto de movimentos inesperados das taxas de juros sobre o valor do capital econômico e sobre os resultados financeiros para todos os instrumentos que constituem a carteira bancária. Em outras palavras, busca apurar as perdas potenciais sobre o valor patrimonial do Banking Book e sobre os resultados da intermediação financeira da mesma carteira após a averiguação de determinados cenários de estresse, seguindo as diretrizes padronizadas descritas na *Circular CMN n. 3876* que, entre as diversas definições, descreve as metodologias de Economic Value of Equity (EVE) e de Net Interest Income (NII) como indicadores e modelos para mensuração deste tipo de risco e são devidamente adotadas pelo BOC Brasil e descritas em seus manuais internos de procedimentos e com limites estabelecidos em Declaração de Appetite a Riscos.

Com este intuito, a gestão do IRRBB é realizada em conjunto pelo Departamento de Mercados Financeiros (FMD), com acompanhamento do Comitê de Ativos e Passivos (ALCO), na primeira linha de defesa com o suporte do Departamento de Gestão de Riscos na segunda linha, sob supervisão do Comitê de Riscos e CRO, e por fim, a terceira linha de defesa feita pela Auditoria Interna que suporta o adequado monitoramento deste parâmetro. Para o controle das exposições a taxas de juros da carteira bancária, o BOC Brasil monitora e divulga aos entes responsáveis diariamente o valor de ambas as métricas a fim de prévia identificação e de mitigação em caso de ferimento aos limites preestabelecidos. Basicamente, a Instituição trabalha com exposições a taxas de juros prefixadas em reais e a cupons cambiais, fazendo-se uso de metodologias de *hedge accounting* para eliminar oscilações de resultados contábeis pelo uso de hedge com derivativos. Em linhas gerais, a maior parte da carteira possui instrumentos que seu valor está contabilmente calculado a custo amortizado, sendo apenas as carteiras de títulos públicos federais e derivativos marcados a mercado.

Quanto à política de hedge, o BOC Brasil procura garantir a mitigação das exposições a taxas de juros oriundas das diferentes atividades que o Banco atua, utilizando-se dos mercados derivativos sempre que haja necessidade. Para a averiguação dos modelos utilizados para aferir o IRRBB, o BOC Brasil recorre a procedimentos de validação independente por meio de contratação de consultorias externas especializadas. Ainda neste interim, faz-se uso da abordagem padronizada das métricas de Delta-EVE e Delta-NII aplicáveis a Instituições de porte S3 cujos cenários obrigatórios de aplicação são apenas *Parallel Shock Up* (choque paralelo para cima) e *Parallel Shock Down* (choque paralelo para baixo), contudo também são averiguadas tempestivamente de forma prospectiva novas

exposições a taxas de juros geradas por novos negócios, novas composições de carteira ou novos cenários econômicos.

As principais premissas adotadas pelo BOC Brasil quanto ao gerenciamento do IRRBB são:

1. *Depósitos sem vencimento contratual definido – Depósitos à vista:* o BOC Brasil tem uma carteira de depósitos à vista não atuante e apenas para fins administrativos. Sendo assim, considera-se o vencimento equivalente a 1 dia útil.
2. *Depósitos sem vencimento contratual definido – Poupança:* o BOC Brasil não trabalha com este produto atualmente, possuindo apenas saldos remanescentes de valores ainda não sacados pelos clientes. Sendo assim, define-se o vencimento equivalente ao prazo máximo permitido pelo Banco Central a Instituições de porte S3 de 1260 dias.
3. Os spreads comerciais a fim de se apurar o Delta-EVE são eliminados das carteiras pelas taxas de desconto da curva livre de risco e são consideradas nos cálculos de fluxos de reapreçamento.
4. Como a maior parte dos recursos da Instituição é realizada pela matriz chinesa com premissas de renovação periódica, as opcionalidades de pré-pagamento, seguindo também as orientações da *Circular 3.876*, são desconsideradas.

15. IRRBB1 - Informações quantitativas sobre o IRRBB

Comentários: A Circular 3.876 normatizou o requerimento do cálculo de IRRBB por meio das metodologias EVE e NII para Instituições S3 com algumas reconsiderações e premissas que passaram a entrar em vigor durante o ano de 2020. Seguindo tais premissas, a exposição ao risco de taxa de juros da carteira bancária representou valor relativamente importante, descaracterizando a Instituição como uma *outlier* desta gestão. Estas são causadas principalmente pelo risco de taxas de juros oriundas das operações prefixadas de varejo com respectivo *hedge contábil* em mercado futuros de DI. Justificando tal redução, o BOC Brasil busca realizar a proteção contínua de seus descasamentos de taxas de juros por meio de análise constante de gaps de prazos e taxas. Ademais, a realocação da estratégia comercial, ampliando a carteira *Corporate* seguido de redução da carteira *Retail*, também colaborou para redução significativa destes valores ao longo do tempo.

Risco de Mercado - IRRBB (R\$ mil)
Informações quantitativas sobre o IRRBB

Risco Mercado	DELTA EVE		DELTA NII	
	dez/24	dez/23	dez/24	dez/23
Cenário paralelo de alta	8.505	47.358	26	5.513
Cenário paralelo de baixa	21.409	2.179	63.376	7.992
Cenário de aumento das taxas de juros de curto prazo	-	-	-	-
Cenário de redução das taxas de juros de curto prazo	-	-	-	-
Cenário steepener	-	-	-	-
Cenário flattener	-	-	-	-
Variação máxima	21.409	47.358	63.376	7.992

Risco Mercado	DELTA EVE	DELTA NII
	dez/24	dez/23
Nível I do Patrimônio de Referência (PR)	2.991.695	2.405.653